





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Na contramão dessa diretriz, a criação de um novo tributo incidente sobre a exportação de petróleo bruto traz grande insegurança jurídica, com potencial para desestimular potenciais investidores a aplicarem seus recursos no Brasil na área de exploração e produção de petróleo e gás natural. De fato, um novo tributo poderia, inclusive, inviabilizar os projetos já instalados e que não levaram em consideração esse custo financeiro em sua modelagem inicial.

Com efeito, o tributo sobre a exportação de petróleo bruto levaria a um aumento da já elevada carga tributária incidente sobre a indústria do petróleo, uma vez que, apesar de as receitas oriundas da atividade de exploração e produção de petróleo no Brasil (tributos, bônus de assinatura, participações especiais, royalties, etc.) representarem aproximadamente 70% da renda do setor, atualmente o petróleo bruto não sofre tributação sobre as exportações. Portanto, tal aumento tende a reduzir a atratividade dos projetos para investimentos no país, uma vez que acarretaria elevação de custos em um mercado tomador de preços, no qual não é possível qualquer repasse à ponta compradora.

Ademais, a pretendida tributação sobre a exportação de petróleo bruto demonstra-se incompatível com o objetivo para a qual é concebida. Pela perspectiva da política fiscal, recomenda-se a utilização desse mecanismo tributário quando os produtos exportados apresentem vantagens competitivas para o país exportador, de tal forma que, mesmo com a incidência tributária, ele permaneça competitivo no mercado internacional, o que não é o caso. Ou seja, o Brasil passaria a “exportar tributo” na contramão dos mais básicos conceitos de comércio exterior. Em suma, a criação de um imposto de exportação sobre o petróleo poderá comprometer a competitividade do produto nacional no mercado externo.

Senador **NELSINHO TRAD**
(PSD/MS)



SF/22282.05858-23